JORNAL DO
Engenheiro

Impresso Especial
9912181248/2007/DR/RJ
SENGE/RJ
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Nº 138 – ano XIV – novembro de 2009 | SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SENGE-RJ | UM SINDICATO DE CATEGORIA – Filiado à CUT e à fisenge

JÚLIA GASPAR

SENGE-RJ leva engenheiros e estudantes à usina nuclear Angra 2

PÁGINA 8

POLÊMICA

Porto Maravilha é motivo de controvérsias

Profissionais do setor de arquitetura, construção civil e representantes da sociedade argumentam sobre o projeto de revitalização da Zona Portuária

Págs. 4, 5 e 6

AMPLA: SENGE-RJ ENTRA COM RECURSO CONTRA O AUMENTO DA JORNADA DE TRABALHO SEM AUMENTO DE SALÁRIO Pág. 7

A perversidade pode acabar

De toda "herança maldita" deixada pelo governo FHC, com toda certeza o fator previdenciário é a mais perversa e cruel por penalizar justamente a parte da sociedade mais desprotegida e desassistida. Dentro em breve o projeto que acaba com o fator previdenciário deverá estar pronto para ir ao plenário da Câmara. Ele prevê a extinção do tal fator que reduz em até 40% o valor da aposentadoria e que leva em conta a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida medida pelo IBGE.

É bom lembrar que o fim do fator previdenciário já foi aprovado pelo Senado ano passado. Na Câmara, onde ele tramita, o projeto já foi aprovado na CSSF (Comissão de Seguridade Social e Família). Toda sociedade espera que esta ignomínia praticada desde o governo anterior seja finalmente abolida. Somente a insensibilidade dos burocratas aliada a uma visão imediatista pode sustentar sua manutenção como forma de trazer economia para os cofres públicos.

Também é fundamental que não somente os setores sociais diretamente interessados em sua extinção se mobilizem para pressionar os parlamentares a por um fim no tal fator. Todos nós devemos nos manifestar favoravelmente ao seu fim e assim evitar que seja repassado aos que chegam ao seu final de carreira toda a incompetência que os governos tiveram em fazer reformas estruturais, incluindo a da previdência, e que pudesse resolver o problema em definitivo.

Senhor Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro:

▪ **MARIA APARECIDA DE JESUS RESENDE**
Mãe da professora morta no acidente de bonde, dia 6/08/09, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro

Em artigo no jornal O Globo de 26/09/2009, o senhor diz sua opinião sobre a "covardia das pessoas em transformar tragédia em exploração política". Na verdade, essas pessoas são representantes do povo e foram eleitas para defender os direitos da população e assegurar que o Poder Público cumpra com suas obrigações.

Eu gostaria de saber qual seria sua opinião se estivesse em meu lugar? O senhor disse, no dia seguinte ao acidente, enquanto eu sepultava minha filha, que "se o sistema de freios tivesse falhado, teria havido uma catástrofe maior". O que seria para o senhor uma catástrofe maior? O senhor acha que para minha família essa tragédia foi pequena?

Não é responsabilidade do transporte público transportar pessoas em segurança? O senhor fala de dor, mas sabe o que é isso? Se soubesse teria cuidado e zelo com o transporte de seres humanos, não tomaria a modernização como desculpa, diante de tantas evidências de falhas no sistema de freios, com todos os problemas que haviam acontecido e como a AMAST já havia alertado quando entrou com ação civil pública.

Como o senhor termina o artigo falando em dor, vou lhe dizer o que me dói muito mais, realmente: é a covardia de ver a irresponsabilidade deste governo fazendo testes com a vida humana, tendo permanecido com o "bonde modernizado" funcionando depois dos acidentes ocorridos. Colocando, com isso, em risco toda população de um bairro, transeuntes e turistas que usam os bondes como meio de transporte e lazer. Até que minha filha, como uma dessas cobaias, tivesse sua vida ceifada no auge dos seus 29 anos, com todo um futuro pela frente...

O que me dói muito também é saber que nós, cidadãos, que pagamos nossos impostos, portanto mantemos o Estado, somos tratados sem nenhum respeito e com grande descaso. Quando esta tragédia se abateu sobre minha família, não apareceu ninguém do Poder Público para nos dar nenhuma assistência, sequer para prestar solidariedade. Tive que ir para o Rio de Janeiro acompanhada de um irmão e amigos, sem nada conhecer nesta cidade, para cumprir a triste missão de buscar o corpo de minha filha para o sepultamento.

> **O que me dói muito também é saber que nós, cidadãos, que pagamos nossos impostos, portanto mantemos o Estado, somos tratados sem nenhum respeito e com grande descaso**

Minha filha Andréa era um ser humano pleno em todos os sentidos, uma jovem linda, feliz, cheia de planos para sua carreira, uma pessoa que não admitia injustiças, sempre preocupada com as questões sociais, cheia de amigos. Era uma professora nata e me dizia sempre: "mãe, é isso que eu gosto de fazer". Por isso me dói também ouvir que minha filha "pulou do lado errado", como o senhor disse, ficando para ela a culpa pela própria morte!

Mas confio em Deus, como diz o Salmo 23: "o Senhor é meu pastor e nada me faltará". Hoje, o que nos resta – a mim, meu marido e minha outra filha – é somente chorar a perda e a saudade de nossa querida e muito amada Andréa. Isso sim, é o que muito, muito nos dói.

SENGE RJ — SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeyer, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Crasmeyer, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corveto de Azeredo.

JORNAL DO Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar (MTE 28.318/RJ)
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: **www.sengerj.org.br** Correiro eletrônico: **sengerj@sengerj.org.br**

ENTREVISTA

CREA-RJ tem novo acordo coletivo

JÚLIA GASPAR

Cosenza garante que, a partir de agora, os ACTs no CREA-RJ vão acontecer anualmente

O vice-presidente do CREA-RJ, Luiz Antonio Cosenza, fala sobre a reabertura do diálogo democrático no Conselho

Quando foi fechado o Acordo Coletivo de Trabalho no CREA-RJ?
Cosenza – O Acordo Coletivo no CREA-RJ foi assinado em 22 de junho de 2009, depois de 6 anos sem nenhum Acordo. Ele tem validade para o período de 12 meses.

O que representa o fechamento deste Acordo Coletivo?
Cosenza – O Acordo Coletivo representa o fim do autoritarismo que estava implantado no CREA-RJ desde 2003, ano em que foi assinado o último Acordo Coletivo. De 2003 até hoje, o presidente decidia o aumento dos servidores sem qualquer discussão de pauta com os sindicatos.

Com que frequência, a partir de agora, acontecerão os acordos no CREA-RJ?
Cosenza – Daqui em diante, as negociações ocorrerão anualmente, como em qualquer empresa, o Sinsafispro, o SENGE-RJ e o Sarj negociarão pelos trabalhadores do CREA-RJ.

Quais os principais pontos do acordo assinado?
Cosenza – Reajuste salarial de 6%, mais 2% de produtividade; aumento do piso dos profissionais do sistema, passando de 8,5 para 9,0 salários mínimos; pagamento de 0,5 salário base no mês em que o servidor fizer aniversário; antecipação do salário para o dia 27 de cada mês; vale-refeição durante as férias e faltas justificadas; condução para o funcionário que sair do CREA-RJ após 22h; complementação do salário nos 3 primeiros meses em que o funcionário entrar em licença.

Negociações do ACT 2009/2010

INB – Os diretores do SENGE-RJ Agamenon Oliveira e Gunter Angelkorte estiveram reunidos em Rezende, dia 05 de novembro, com um grupo de engenheiros da INB – Indústrias Nucleares Brasileiras – para discutir questões que afligem os engenheiros da empresa, tais como: Salário Mínimo Profissional (SMP), Plano de Cargos e Salários e outras. Ficou acertada a ida de diretores do SENGE-RJ à INB a cada dois meses para que essas questões sejam resolvidas.

EPE – Os três sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estiveram reunidos na sala multiuso da empresa com cerca de 100 empregados, com a finalidade de discutir os rumos do movimento. As deliberações foram as seguintes: submetida novamente à votação, a proposta de acordo já apresentada anteriormente pela empresa foi majoritariamente derrotada, com nenhum voto a favor e somente uma abstenção; os sindicatos vão continuar tentando uma reunião com o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim; os sindicatos vão encaminhar à EPE uma solicitação para que a empresa convoque todos os seus empregados para explicar as dificuldades em fechar o acordo em negociação.

Processo eleitoral no SENGE-RJ para a gestão 2010/2013

A diretoria do SENGE-RJ está iniciando as discussões para o processo eleitoral da gestão 2010/2013. Por isso, será realizada Assembléia Geral Ordinária, dia 24 de novembro, às 18h, na sede do Sindicato. Convocamos todos a participar!

- **Para ler o edital, acesse: www.sengerj.org.br/edital_eleicao_2010.pdf**

BONDE DE SANTA TERESA

CREA-RJ divulgará relatório sobre o acidente

O CREA-RJ fez vistoria na oficina dos bondes e durante o mês de novembro sairá o relatório que apontará, no entendimento da Comissão de Análise e Prevenção de Acidentes do Conselho, as possíveis causas do acidente no bonde, em Santa Teresa, ocorrido dia 06 de agosto.

A Comissão está analisando o referido acidente e já escutou depoimentos de técnicos da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, mais conhecida como Central; de engenheiros da manutenção dos bondes; do fiscal (do Estado) do contrato de modernização dos bondes; dos técnicos responsáveis pela empresa TTRANS, que atuou na modernização dos bondes; do fabricante dos freios; além de moradores de Santa Teresa.

A Revitalização do Cais do Porto sob olhares desconfiados

JÚLIA GASPAR

"A POPULAÇÃO QUE LÁ RESIDE MERECE SER OUVIDA"

Eliomar Coelho Vereador

"Eu sou totalmente favorável a qualquer processo de reabilitação de área em processo de degradação na cidade do Rio de Janeiro, portanto, quando se anuncia que será feita a revitalização da zona portuária da cidade, eu sou totalmente favorável. Entretanto, o projeto que está anunciado e sendo mostrado para as pessoas nos deixa com algumas preocupações.

A primeira preocupação é que, aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ele chega como mensagem do executivo, depois de ter acontecido um convite do prefeito a todos os vereadores para um almoço no Palácio, onde foi apresentado em Data Show e distribuído o projeto impresso para cada vereador. Mas a mensagem chega aqui na Câmara do executivo tratando deste assunto em três projetos. O projeto que trabalha o reordenamento do espaço que vai ser revitalizado, transformando este perímetro numa área de especial interesse urbanístico com o processo de revitalização.

O segundo projeto cria uma companhia, como se fosse uma empresa mista, de capital aberto, para administrar esta área revitalizada. E esta companhia vai ser a responsável por todos os serviços que a prefeitura tem, vai assistir à cidade para atender às necessiades básicas da população. Ou seja, é uma cidade bem pequenininha dentro da cidade do Rio de Janeiro.

E tem o terceiro projeto que trata exatamente da isenção de ITBI, que é o imposto de transmissão, e do IPTU, para quem lá executar em parceria, por exemplo, com a própria companhia, com o poder público. De repente, você vai levantar edifícios de 30, 40, 50 pavimentos e essas pessoas vão ter isenção de impostos, porque isso vai ser para o povo, mas o simples fato de você adquirir ações na companhia e tê-la como parceira no empreendimento, embora a participação da compainha seja mínima, isto já dá o direito de isenção de ITBI e IPTU. Eu tenho impressão que nós não estamos nadando em dinheiro, para dispensar praticamente tudo o que vai ser construído na área a ser revitalizada da zona portuária, para dispensar esses tributos importantes para o tesouro do município."

População local

"A implantação total deste projeto está prevista para acontecer em 30 anos. Uma das nossas preocupações é que há toda uma articulação conduzida e já conseguida pelo executivo municipal para que se aprove isso em três meses, no máximo. Nós entendemos que é uma intervenção enorme que acontece na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, a população que lá reside merece ser ouvida, essa é uma das nossas maiores preocupações. Naquela área moram cerca de 23 mil pessoas, segundo dados da própria prefeitura. Dessas 23 mil pessoas, no projeto, não existe uma palavra sequer em relação ao que irá acontecer com elas, porque é uma população constituída de pessoas de poder aquisitivo baixo, população de baixa renda, são pessoas trabalhadoras e simples. E não está claro o que vai acontecer com elas.

Pela experiência que nós conhecemos, principalmente em operações desta natureza, que é a tal da Operação Urbana Consorciada, aconteceu em São Paulo, por exemplo, uma das que eles apresentam como sucesso é a de 'água espraiada', cerca de 26 mil famílias foram expulsas do local e apenas 5% foram atendidas por programas habitacionais. Os demais passaram a viver em piores condições do que viviam antes. Tem acontecido isso com as operações consorciadas que nós temos conhecimento, inclusive, o poder público, quando entra participando, uma das suas atribuições é realizar a limpeza social. Essa limpeza social nada mais é do que você limpar a área de pessoas que não poderão ser consideradas mais como apropriadas para coabitar com aquilo que pretende se construir lá em termos de empreendimentos (escritórios de alto luxo, empresas sofisticadas)."

Impactos

"Nós temos uma preocupação em relação aos impactos de trânsito e outros também, porque até agora nós não temos visto nenhum estudo em relação a isto. Os impactos de vizinhança, já que lá tem 23 mil pessoas morando. Essa questão da participação, isso para nós é fundamental e não está existindo a participação da população lá residente. Há um certo questionamento em relação à iniciativa de aprovar o projeto o mais rápido possível. Já começaram os trabalhos sem ter passado por este processo de participação com a sociedade e, principalmente, com os moradores da área."

Privatização do espaço público

"A gente prevê neste tipo de compainha uma operação de privatização do espaço público. Na área que está prevista para ser revitalizada, 75 % do que existe lá é da união, do estado e do município. Apenas 25% da área pertence ao setor privado. A união deve ter cinquenta e tantos por cento, o estado tem um pouco menos e o município tem menos ainda. 75% como bem público, por que isso tudo de repente vai se tornar privado? E não adianta dizer que não é privado, é privado sim. É uma empresa de economia mista, capital aberto, na qual o poder público, certamente, vai adquirir 51% das ações ordinárias e o setor privado 49%. Só que, nas ações preferenciais, a iniciativa privada pode obter 100% delas, é exatamente através delas que se dá a distribuição dos dividendos.

Como se não bastasse, o Conselho Gestor desta companhia é constituído de 5 membros, dois membros indicados pelo poder público, um indicado pela companhia e dois representando a sociedade civil, mas indicados por estes três. É brincadeira, né? Isso não existe. É um absurdo. Ou representa a sociedade, sendo eleito pela sociedade, ou não representa a sociedade."

ARQUIVO CREA-RJ

"EU QUERO MORAR NUMA CIDADE PRONTA, NADA DE DERRUBAR ALGO JÁ CONCLUÍDO PARA FAZER OUTRO NOVO"

Abílio Borges Diretor do Clube de Engenharia e Conselheiro do CREA-RJ

"Quando se falou em derrubar o Elevado da Perimetral, dei saltos mortais de raiva, não concordando com isso. Eu quero morar numa cidade pronta, nada de derrubar algo já concluído para fazer outro novo. A Perimetral é importante e custou muito dinheiro aos cofres públicos. Em vários locais do mundo há cada vez

DIVULGAÇÃO

Na última edição do Jornal do Engenheiro (nº 137, edição de outubro) ouvimos o secretário municipal de desenvolvimento e presidente do Instituto Pereira Passos, Felipe Góis, e o coordenador geral de projetos especiais da Secretaria Municipal de Urbanismo, Antônio Correa. Nesta edição, trazemos outras opiniões. Profissionais de renome como o diretor do Clube de Engenharia e conselheiro do CREA-RJ, Abilio Borges; o vereador Eliomar Coelho; a arquiteta e presidente do IAB-RJ, Dayse Góis; o engenheiro e diretor do SENGE-RJ, Rubem Corveto. Eles demonstraram preocupação com o projeto e opinaram sobre os investimentos.

A revitalização do Cais do Porto está prevista para acontecer em duas fases. Na primeira, a prefeitura deve investir 200 milhões de reais, na segunda a previsão de investimentos gira em torno de 3 bilhões de reais. Numa área de aproximadamente 5 milhões de metros quadrados, a reforma deve atingir as localidades: Saúde, Gamboa, Santo Cristo, parte de São Cristóvão (Gasômetro) e parte da Cidade Nova.

mais e mais viadutos, pois eles são vitais para o desenvolvimento de uma cidade. E o mais grave é que querem derrubar o viaduto da Perimetral sem derrubar os antiqüíssimos Armazéns do Cais do Porto. Ora, se o tal Viaduto fica bem escondido atrás desses Armazéns, então convenhamos, a teoria de 'vista limpa' se esvai completamente. Ou os Armazéns não atravancam a vista?

Querem colocar também um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no lugar do viaduto que pretendem derrubar. O bonde foi extirpado da cidade há 50 anos e agora querem colocar outro, só porque é mais luxuoso? Não! Em cidades civilizadas, o antigo convive lado a lado com o ultramoderno e aí é que está o encanto da cidade que não se desfaz e preserva seus monumentos históricos, sem abrir mão de novas e arrojadas construções!

A solução para o nosso caso na cidade do Rio de Janeiro seria pendurar esse VLT embaixo do Viaduto, com um monotrilho de cada lado, e o roteiro sendo feito de diversas maneiras, adaptando-se caso a caso.

Além disso, eles querem fazer um túnel na Praça Mauá. Não concordo com isso, pois seria como um subterrâneo tal qual o 'Mergulhão' da Praça XV, só que mais comprido. Não concordo porque esse dinheiro pode muito bem ser gasto em outras carências da cidade, ao invés de desperdiçar a verba pública em algo que já está feito e atendendo ao povo.

Querem também reaproveitar ruas e integrá-las com a Rodoviária, fazer novas pistas e prédios, estes sim são projetos bastante louváveis, pois são ruas largas que se encontram completamente abandonadas.

Precisamos construir e não destruir! E precisamos adaptar nossos conceitos de convivência do antigo com o moderno e daí extrair o melhor para a cidade!"

ARQUIVO IAB-RJ

"FALTA UMA ORGANICIDADE, É UM PROJETO DE 'CORTE E COLA' DE VÁRIOS OUTROS"

Dayse Góis

Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ)

"O projeto do Porto Maravilha é muito interessante porque tenta tirar do papel um projeto de mais de 40 anos, de ocupar as áreas centrais e a zona portuária num estudo de diretriz urbana saudável, isso está nos planos diretores e projetos antigos, é uma discussão que avança e retrocede. É um projeto oportuno, com uma agenda discutida há muito tempo, articulado com a discussão de trazer para o centro usos que tragam sustentabilidade.

Outro ponto positivo é a característica inovadora. Todos os projetos anteriores sempre foram desenhados para uma grande articulação, mas os entes federados não tinham uma articulação política que facilitasse. Havia terras vazias, mas não habitáveis. Neste momento existe um alinhamento que permite essa transmissão de imóveis com o projeto urbano, captaneado pela prefeitura, os momentos políticos anteriores não tinham esse contexto político, existiam ideias, projetos, mas tinha sempre um fator que não deixava ser viabilizado, que era o da terra, então, neste momento, pode ser viabilizado. E estão ousando em utilizar um instrumento previsto no Estatuto da Cidade e que, até então, o governo do Rio de Janeiro não tinha experimentado, que é a Operação Urbana Consorciada."

Projeto retalhado

"Este projeto tem muitos anos, então é retalhado, um conglomerado de vários projetos, sem ter uma visão articulada de como todas as funções vão se dar. Falta uma organicidade, é um projeto de 'corte e cola' de vários outros".

Baixa renda?

"Um dos conflitos de função é que a área pode ser utilizada para habitação de interesse social, mas neste caso um dos quisitos teria que ser área barata, mas com tantos usos valorizados a área ficará cara, podendo inviabilizar o projeto, porque o custo da terra não seria mais acessível para o uso específico da habitação de interesse social."

Experiência importada de outro contexto geográfico

"Existe um modelo, uma experiência em Barcelona, exportada para várias cidades do mundo, que algumas cidades brasileiras adotaram. Mas há um contexto diferente dessas cidade com o Rio de Janeiro, que tem um litoral vastíssimo, então não é só transportar, aqui tem outro contexto geográfico, esse ajuste não foi feito, há um exageiro na expectativa que se cria em relação à demanda de imóveis na área".

Ruptura

"O projeto cria também uma parede que separa toda a área que é protegida pelo patrimônio público que há por lá, que nesta nova conformação ficará escondida na paisagem do Rio de Janeiro. Estão desenhando uma outra cidade que não englobaria estes espaços. Tantos prédios vão esconder a paisagem. Isso faz com que o projeto crie uma ruptura, o que não é bom. Parte da ação social tem que ser reestabelecer a paisagem.

Há uma parte do espaço que se atém ao tecido urbano e se incorpora à volumetria existente (parte dos morros e paisagens), quando chega na parte plana que está se planjando os grandes edifícios, essa nova conformação agride o que há atrás, cria uma parede em relação ao urbanismo dessa área que é protegido. Essa parte física se confronta com a paisagem de forma bastante agressiva. Quem está na frente dos prédios não verá o que está atrás, como quem está atrás não verá o que está na frente, então o projeto carece de um diálogo."

Qual a ação social?

"Em relação ao segundo projeto de lei que define a companhia, é preciso definir melhor qual a ação social, a missão social da companhia, considerando que será uma empresa pública que atuará com uma lógica de mercado, nesse sentido é preciso ter um controle social que não está bem equacionado no projeto, também precisamos saber como ela vai ser regida. A missão social dela não está clara. Poderia, por exemplo, ter programa de revalorização do patrimonio cultural, um fundo de financiamento de habitações de interesse social, ou um programa de geração de emprego e renda para fixação da população local.

A lógica de mercado associada ao contrato social, a compromissos sociais, pede um controle social muito forte. Só a infraestrutura não é o suficiente para garantir esse compromisso social. Compromisso com transparência é fundamental, prestando contas à população num nível de entendimento claro.

Além disso, a atração de um novo perfil social precisa ser bem administrada, para não tirar a população local de lá, que pode se mudar, por regras de mercado, para outro local. É preciso essa preocupação do poder público." ►

"ESPERO QUE NÃO SEJA UM PROJETO DE EXCLUSÃO SOCIAL, DE TIRAR GENTE DA ÁREA"

JÚLIA GASPAR

Rubem Corveto Diretor do SENGE-RJ

"O Porto Maravilha é um novo nome, um marketing, que o prefeito do Rio de Janeiro usou para o que já existia. É o resultado de um projeto discutido, debatido com vários setores da sociedade do Rio, para a revitalização da Área Portuária. Já existe um processo de discussão há muito tempo, inclusive com um grupo de trabalho com o Ministério das Cidades, coordenado pela urbanista Raquel Rolnik.

É a revitalização de áreas degradadas, de centros urbanos de várias cidades, como Recife, Natal, Salvador, Santos, enfim, áreas portuárias. É muito importante que se faça este trabalho, várias outras cidades, fizeram, como Barcelona, Nova Iorque, Buenos Aires e foram bem sucedidas. No caso do Rio de Janeiro, para que seja bem sucedido, precisa ser feito considerando e respeitando a cultura, o valor histórico, o valor cultural e o social. Que não seja um projeto de exclusão social, de tirar gente da área e mandar para Sepetiba, Santa Cruz, para fora do centro, que não seja um projeto de remoção de favelas, para que só os ricos fiquem alí, que seja um projeto de revitalização, de integração dessa área na cidade, na integração da área urbana, aproveitando os investimentos existentes, a infraestrutura, os equipamentos e dando novas funções.

À medida que o Porto mudou suas funções econômicas, ou seja, muitas atividades foram transferidas para outras regiões, para o Porto de Sepetiba, para o Caju, e com a retirada da ferrovia, é preciso que seja requalificada essa área, dando novos usos: esportivo, cultural, habitacional, de lazer. Mas que seja um acesso para toda a população do Rio, todas as classes, toda a sociedade, inclusive turistas. Que não seja um projeto para a especulação imobiliária, com espigões, torres gigantes de 50 andares." ■

Engenharia Cultural

ARTE, POESIA E LITERATURA

Massa Crítica

Quem vive em função da luta
Não tem tempo pra batuta
Sua vida é via crucis
E a cruz é a sua vida

No transcorrer da labuta
Sofre a dor dos que precisam
Se mistura com a massa
E com a massa se funde

É diferente dos covardes
Que cavam a cova da massa
Que de fora os observa

Que fazem trampolim da massa
Pra fazerem parte da máquina
Sem terem a massa como essência

• Maciel Silva, vice-presidente da Associação de Habitação Popular da Ocupação Chiquinha Gonzaga

F U S Ã O

dia deslumbrante e aura

A paisagem viva, o cenário deslumbrante fundiu-se com o bom humor e a harmonia do corpo pensante. Dia modelar, de se elogiar, para qualquer humano agradar e pelo prazer de desfrutar, agradecer. A natural reação, efeito da contemplação, despertou a emoção repartindo a satisfação. Extasiado, imagino o clima primaveril confabulando com a boa aura de plantão sobre a bela composição natural que geraram para brindar as pessoas.

Áreas de lazer lotadas de mentes realizadas até o inconsciente, externando a alegria e os sentimentos saciando a fome do prazer de viver. O sol, do nascente ao poente, o céu, do azul anil até o escurecer, a brisa, do frescor ao calor, prepararam o espectador para absorver e registrar a natureza vicejante, em vigor expondo os detalhes da criação mágica e misteriosa do universo.

Outros dias virão, mas será que se preocuparão em trazer clima que produza igual sensação? Reconheço que a expectativa do dia seguinte é desafiante, pois pode não ser tão deslumbrante. Será um coadjuvante, apenas um dos 365 dias.

Há uma nítida conclusão, a natureza criou o homem para ser auto-contemplada. Assim se consolida o ciclo desta fusão.

• Raul Pessôa é engenheiro civil, especializado em obras hidráulicas. Diretor-Presidente da Associação dos Rondonistas do Estado do Rio de Janeiro /PROJETO RONDON-RJ.

• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: **imprensa@sengerj.org.br**

ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

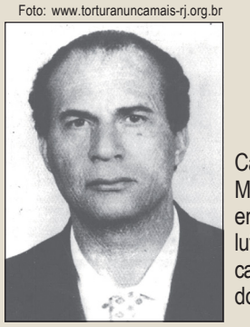
40 anos sem Marighella

• Carlos Mariguella, lutador sem trégua da causa dos oprimidos, foi assassinado pela ditadura militar há 40 anos. A imprensa burguesa da época insistia em passar à opinião pública a imagem do humanista Marighella como sendo de um assaltante de bancos e terrorista.

Formado na Escola Politécnica da Bahia, desde cedo dedicado à luta social, não chegou a exercer a profissão de engenheiro. Exerceu, porém, com a mais profunda competência e brilho, a 'engenharia do social' para dar soluções a problemas muito mais complexos do que aqueles que os engenheiros vivenciam em seu dia-a-dia: acabar com a pobreza e a miséria em nosso país, criar a sociedade da igualdade e da justiça, para que ninguém seja excluído.

Antônio Martins,
diretor do SENGE-RJ e conselheiro do CREA-RJ

Foto: www.torturanuncamais-rj.org.br



Carlos Marighella, engenheiro lutador das causas do povo

Pré-sal: oportunidades e desafios

Com as descobertas realizadas na região do pré-sal, o Brasil passa a ser um dos maiores detentores de reservas de petróleo no mundo. Estas novas reservas são estimadas entre 80 e 200 bilhões de barris de óleo ou equivalente (BOEs), o que pode tornar o Brasil o 5º ou o 2º país em reservas de petróleo provadas, a depender da capacidade das áreas do pré-sal.

A exploração desta riqueza – estimada preliminarmente entre US$ 5,6 trilhões e US$ 14,0 trilhões – envolve investimentos previstos, até 2013, de US$ 25 bilhões, que devem gerar uma produção de 1,8 milhões de barris de óleo/dia. Até 2020, os investimentos para a região devem chegar a US$ 111 bilhões. Apenas até 2013, a Petrobrás prevê a contratação por concurso de 13 mil trabalhadores e as atividades da empresa devem exigir 267 mil empregos diretos na cadeia produtiva do setor.

Toda esta riqueza potencial deveria ser usada, de um lado, para impulsionar a industrialização do país e, de outro, como um passaporte para o desenvolvimento, financiando, além do resgate de parte da dívida social, investimentos maciços em saúde, educação e desenvolvimento tecnológico.

Isto implica enfrentar a discussão sobre, por exemplo, quem vai controlar estas reservas? Quem vai definir o ritmo de exploração desta riqueza? Como serão minimizados os impactos ambientais? Que modelo de exploração deve ser adotado? Qual o destino do dinheiro originado dessa exploração?

É importante frisar, ainda, que os hidrocarbonetos são um recurso natural estratégico para as sociedades nos dias de hoje. Mesmo no Brasil, país com uma das matrizes energéticas com a maior participação de fontes de energias renováveis do mundo, o petróleo e o gás natural respondem por aproximadamente 50% das fontes primárias de energia. Adicionalmente, estes dois recursos naturais são matéria-prima para milhares de produtos.

O problema é que este recurso natural demorou milhões de anos para se formar e, ao ritmo de consumo atual, as projeções mais otimistas apontam para o início do declínio da curva de produção em meados do presente século.

São estes fatos que levaram os dirigentes dos principais países produtores de petróleo do mundo a estatizarem suas reservas, a partir de meados dos anos 70. Controlar as reservas, controlar o ritmo de exploração e produção e se apropriar da maior parte da renda gerada foram aspectos decisivos na opção pelo controle direto por parte do Estado.

O Brasil dos anos 90, assim como a maioria dos países latino-americanos, caminhou em sentido inverso, abrindo suas indústrias de petróleo e gás natural e, em alguns casos, como Argentina e Bolívia, entregando mesmo a exploração para as multinacionais. Os ventos do Consenso de Washington derrubaram a resistência das populações locais.

Contudo, as mudanças políticas observadas na América do Sul, a partir do início do século XXI, provocaram uma inversão de rota rumo à reestatização nos principais países produtores de hidrocarbonetos da região, com destaque para a Venezuela, a Bolívia, o Equador e, em menor escala, em função das trágicas consequências do processo de privatização, a Argentina.

Agora é a vez do Brasil. Muito além de um debate de especialistas – uma vez que as opções não são neutras e envolvem interesses de toda a sociedade, no presente e principalmente no futuro – as possibilidades de mudanças na qualidade de vida do povo brasileiro, que se colocam com a exploração destas imensas riquezas, devem ser discutidas por toda a sociedade, em escolas, universidades, sindicatos, igrejas, dentre outros espaços, de forma a que as escolhas expressem a vontade da maioria da população.

*Esse artigo tem como base o Estudos e Pesquisa nº. 48 divulgado pelo DIEESE em outubro de 2009. Para mais informações, consultar: www.dieese.org.br

SENGE-RJ entra com recurso contra a Ampla

Empresa exige dos funcionários aumento de jornada sem a justa contrapartida salarial

A Ampla, há mais de 35 anos, estabeleceu para seus engenheiros a jornada de 37,5 horas semanais. Mas mesmo num contexto global em que se luta pela redução da jornada de trabalho com a manutenção dos salários, como forma de aumentar os empregos, eis que, a partir do dia 1º de agosto de 2008, a empresa emitiu uma nota exigindo que os engenheiros cumprissem jornada de 44 horas semanais (quase 20% de aumento de jornada), sem o correspondente aumento salarial. A proposta da empresa não só aumenta a jornada, como cria um banco de horas indefinido, ou seja, os trabalhadores da Ampla deixam de receber horas extras.

O SENGE-RJ entrou na justiça para que fosse assegurada a jornada de trabalho de 37,5 h e conseguiu, então, uma liminar, fazendo com que a jornada para os engenheiros retornasse ao que era praticado antes do dia 1º de agosto do ano passado, até o julgamento do mérito. Mas essa liminar foi cassada por uma juíza de plantão, de forma inusitada, no dia 23 de dezembro de 2008, quando o judiciário estava em recesso. Esta decisão judicial contraria toda a jurisprudência e doutrina sobre o tema. O SENGE-RJ entrou com pedido de reconsideração, que foi negado.

O Sindicato recorreu ao Conselho de Desembargadores e, em uma decisão de colegiado, conseguiu que fosse restabelecido o direito dos empregados, ou seja, a jornada de trabalho de 37,5 horas semanais, por unanimidade, isto é, o placar final foi de 16 a 0, a favor da categoria. Como de costume, a Ampla não cumpriu a decisão judicial. Em decisão sobre o mérito da ação, um juiz substituto deu uma decisão favorável à Ampla, dizendo que era "incontroverso" o direito a jornada de trabalho de 37,5 horas, mas que isto era mera liberalidade da Ampla. Mais uma vez a decisão foi de um único juiz, substituto. Acontece que, no direito do trabalho, o que vale é a realidade, é o que de fato ocorre no dia-a-dia, ou seja, a prática real, diária, deixa de ser a liberalidade da empresa (desde que seja mais benéfico para o empregado), e se incorpora ao contrato de trabalho, mesmo que seja diferente do que lá esteja escrito.

O SENGE-RJ continuará agindo para manter o direito dos engenheiros da Ampla que sempre tiveram a jornada semanal de 37,5 horas, esperando que a empresa repense a sua atitude de não aplicar sobre o salário dos empregados a real correção que remunere devidamente a alteração da jornada de trabalho na forma pretendida. Assim, o SENGE-RJ já entrou com recurso contra a Ampla para recorrer desta decisão isolada e prejudicial a todos engenheiros da empresa.

Usina Nuclear em detalhes

Diretores do SENGE-RJ, engenheiros e estudantes visitam o interior da Usina Nuclear Angra 2 e debatem sobre a energia nuclear no Brasil

A energia nuclear corresponde a 15% da geração de energia no mundo. O Brasil participa com 3,12% da energia nuclear, na produção mundial de energia elétrica. No mundo, há 439 usinas em operação, 2 são brasileiras. Angra 1, com potência de 657 MW, tecnologia Westinghouse e está em operação desde janeiro de 1985, e Angra 2, que tem potência de 1.350 MW, tecnologia Siemens/KWU e entrou em operação em janeiro de 2001.

Mas a energia nuclear está longe de ser a principal no Brasil. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a energia elétrica no país, em 2008, ficou dividida em 88,71% hidráulica; 6,04% gás; 3,12% nuclear; 1,40% carvão; 0,42% óleo e 0,31% biomassa.

Angra 3 deve entrar em operação em maio de 2015. O marco zero da construção será dezembro de 2009. Além de Angra 3, estão previstas mais 4 Usinas Nucleares (duas no Nordeste e duas no Sudeste), até 2025, com investimento de R$ 5,2 a 6,0 bilhões por usina de 1 GW. Cada Central Nuclear, tanto a do Nordeste, quanto a do Sudeste, tem capacidade para 6 usinas.

Com a construção de usinas nucleares, a região ganha em projetos e investimentos. Hoje, há 172 projetos a serem implantados na região de Angra dos Reis.

Dentro de Angra 2

Diretores do SENGE-RJ, engenheiros e estudantes de engenharia visitaram a Usina Nuclear Angra 2, em Angra dos Reis, no dia 14 de outubro. Os visitantes percorreram partes importantes da Usina, tais como a descarga d´água, que joga água a 70 m^3 por segundo e tem seis galerias, uma para cada bomba da tomada d´água, as seis bombas puxam 12 toneladas por segundo de água.

No prédio do reator, não foi permitida a entrada de ninguém, pois há um acordo entre as usinas de não expor as pessoas a uma dose de radiação desnecessária. Todos entraram no edifício do turbo gerador, onde há uma turbina de alta pressão e três turbinas de baixa pressão, além do gerador elétrico. Foi possível também ver seis condensadores, por eles passa a água do mar, jogada para a descarga d´água.

Um fator de segurança interessante é que dentro da Usina há uma diferença de pressão, ou seja, dentro a pressão é menor, fazendo com que a radioatividade fique contida dentro da Usina, evitando o vasamento para o meio externo.

CST

O CST é o Centro de Suporte Técnico, situado ao lado da Sala de Controle. 90% de Angra 2 é controlada neste local, que é considerado o cérebro da Usina. Lá fica situada a parte elétrica e eletrônica do mecanismo. Antes dos operadores irem trabalhar no CST, passam alguns anos no simulador.

No Laboratório de Monitoração Ambiental é feita a monitoração radiológica da região. Essa monitoração foi feita antes de começar o projeto e é feita com frequência semanal e mensal, para medir a qualidade do ar, do pasto e de tudo que possa sofrer radiação. Há uma bomba para monitoração do ar que fica constantemente ativada, fazendo com que o ar passe num filtro para fazer a medição do ar e as investigações necessárias. Desta forma também é monitorado todo o ambiente da região.

O mapeamento técnico na região aquática é importante para serem percebidas as mudanças, por exemplo, na temperatura da água, que aumenta com o trabalho da Usina. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) faz auditoria com frequência na Usina, os resultados precisam estar dentro das normas estabelecidas pela Comissão e pela Feema. Há também o Laboratório de Química para análise do esgoto e da água do mar. Laboratórios de dosimetria, radiometria e radioquímica.

Sala de Controle e Simulação

O curso para operador da Sala de Controle leva 3 anos com treinamentos. O simulador é uma réplica da Sala de Controle da Usina, correspondendo a mais de 90% da realidade. Tem o mesmo sistema de painés, cada fluido (sistema) tem uma cor. O painel de controle principal do circuito primário é mais ligado ao painel auxiliar esquerdo, onde tem o núcleo do reator, indicadores, registradores e alarmes. O circuito secundário é mais próximo ao painel auxiliar direito. Também há sistema elétrico, ventilação da área controlada e detenção de fuga.

Num mesmo instante, 4 pessoas trabalham na Sala de Controle. Para trabalhar lá, é preciso fazer a prova da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para ter a licença. Eles trabalham nos indicadores e registradores de cada sistema, alarmes, sistema de segurança, todos os procedimentos precisam ser aprovados pela CNEN.

O sistema de supervisão de parâmetros tem variáveis importantes, verificadas através de tubos auxiliares, este sistema foi desenvolvido em parceria com a Coppe/UFRJ. Os registradores comparam o comportamento das variáveis no tempo, tudo instantaneamente.

Para intensificar a segurança, há retreinamentos mensais, os operadores precisam cumprir módulos no simulador, tudo em tempo real.

JÚLIA GASPAR

Sala de Controle e Simulação de Angra 2, uma réplica da Sala de Controle da usina

HISTÓRICO	
1968	O Governo Brasileiro decide construir a primeira Usina Nuclear
1970	Começa a implantação da infraestrutura em Itaorna
1972	Começa a construção de Angra 1, PWR – Westinghouse
1975	Acordo de Cooperação com a Alemanha: protocolo de compra de 8 Usinas – PWR Siemens; inclui o ciclo completo de combustível e forte indústria de equipamentos.
1975	Os dois primeiros reatores de 1300 MW Siemens/KWU são encomendados. Início da construção
1982	Angra1 é conectada à rede pela primeira vez. As atividades de construção de Angra 2 se desenvolvem vagarosamente nos anos 80. Angra 3 pára as atividades.
1985	Operação Comercial de Angra 1
1996	Contratada montagem eletromecânica de Angra 2
1997	Criada a Eletronuclear
2001	Operação Comercial de Angra 2
2007	O CNPE autoriza a retomada de Angra 3 (condicionada a uma reavaliação da tarifa pelo MME)
Março 2009	Angra 3 tem Licença Ambiental do IBAMA e Licença Parcial de Construção CNEN
Junho 2009	Alvará de Construção pela Prefeitura de Angra dos Reis